

Macron admite acordo UE-Mercosul, com condições

Agricultores franceses pedem proteção na competição; entenda

Gabriela Gallo

Durante viagem do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à França, o presidente francês Emmanuel Macron pela primeira vez admitiu estar aberto para firmar o acordo comercial entre a União Europeia (UE) e o Mercosul (Mercado Comum do Sul, bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), desde que sejam cumpridas exigências europeias, especialmente no ramo da agricultura.

Na verdade, essas exigências são muito mais francesas mesmo, e têm impedido a assinatura do acordo.

Em entrevista à Globonews, nesta sexta-feira (6), Macron destacou que o acordo entre os grupos, que já tem 20 anos, é “antigo e, portanto, foi mal negociado porque os temas são antigos”. Ele ainda reforçou que o principal embate é “o tema da agricultura e dos diferentes padrões”.

“Dissemos a eles [agricultores franceses]: ‘você não podem mais usar tal produto para produzir porque não é bom para o clima, para a biodiversidade ou para a saúde humana’. Se vocês querem produzir no Mercosul e exportar para a Europa, isso deve ser feito sob as mesmas regras”, declarou o presidente da França. “O que pedimos é que haja cláusulas espelho para esses agricultores. Isso não é forma de protecionismo, é justiça e coerência”, ele completou.

Competição

Para além das cláusulas espelho, Emmanuel Macron também solicitou “cláusulas



Ricardo Stuckert/PR

Macron quer de Lula garantias de competitividade na agricultura

de vanguarda”, que protegeriam agricultores de determinados setores caso o comércio acabe “desregulamentando repentinamente o mercado”.

Em declaração à imprensa local, na última quinta-feira (5), Macron já tinha reiterado as diferenças entre as exigências para os agricultores europeus dos sulamericanos. “Proibimos os nossos agricultores de utilizarem agrotóxicos, por exemplo, para respeitar mais o meio ambiente. Mas os países do Mercosul não estão no mesmo nível de regulamentação. Há uma discrepância. Não é uma discrepância de competitividade, de qualidade, mas na regulamentação”, disse o chefe de Estado francês.

De qualquer modo, o aceno de Macron no sentido de assinar o acordo, desde que revistos alguns pontos e aceitas as exigências, é um avanço.

Mercado

Ao Correio da Manhã, o internacionalista e pesquisador da Universidade de Helsinque, na Finlândia, Kleber Carrilho reforçou que a medida visa proteger os produtores agrícolas europeus de uma possível competição desnivelada com os países do Mercosul.

“Como o Brasil ficaria com preços muito mais interessantes para o mercado europeu, os franceses poderiam perder muito mercado. Então, eles estão pedindo para incluir neste acordo algumas cláusulas de proteção ao meio ambiente, uma série de outras coisas ligadas à qualidade da produção agrícola, justamente para que o Mercosul, principalmente o Brasil, não tenha a possibilidade de entregar produtos com preços mais acessíveis para o Mercado Europeu”, informou Carrilho.

No próximo semestre, o presidente brasileiro assumirá a presidência do Mercosul e, até lá, Lula tem o objetivo de tirar o acordo entre os grupos do papel. Apesar

do acordo ainda não ter sido firmado, o presidente brasileiro sugeriu a Macron para que eles se reunissem com os representantes da categoria agrícola brasileira e francesa para firmarem um acordo.

Na sexta-feira, em conversa com a imprensa, o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana, destacou que o “processo de divergência entre os países pode ser algo mais brando, mais natural”. Contudo, ele se manifestou convencido de que as preocupações do setor agrícola “podem ser resolvidas”.

O acordo

O acordo de Associação Mercosul-UE, é um tratado multilateral que visa criar uma grande área de livre comércio.

Dentre os principais objetivos, pode-se citar redução de tarifas e a fixação de uma cooperação política e social específica entre os países envolvidos.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Queiroz defende mudanças na proposta

Deputado do PP é contra projeto ambiental

Depois de passar com tranquilidade pelo Senado, o projeto de lei que atenua o processo de licenciamento ambiental deverá ter uma tramitação mais complicada pela Câmara. A tendência é de que seja aprovado, mas com menos facilidade. Deputado federal do PP — partido favorável à proposta —, Marcelo Queiroz (RJ) diz ser contra o projeto que, entre outros pontos,

institui a Licença por Adesão e Compromisso, uma forma de licenciamento que, na prática, permite o autolicensing por parte de empreendedores. Ele critica também a autorização para que projetos de interesse do governo tenham direito a um licenciamento simplificado. Isso, para ele, dá margem para negociações políticas, e não técnicas.

Agilização

“Nesse projeto, o partido está contra mim”, diz. Para Queiroz, o importante seria agilizar os processos de licenciamento, não criar mecanismos que impeçam controles sobre o que será feito. Para ele, a lentidão é que cria dificuldades e gera muita insatisfação.

Espera

“O empresário não quer é ficar três anos esperando a análise de um projeto. É preciso melhorar a tecnologia, aprimorar o zoneamento, mas não acabar com a análise”, diz. No Senado, até o governo, formalmente contra a proposta, fez corpo mole e evitou discussões.

Geraldo Magela/Agência Senado



Ministra Silva foi alvo de declarações agressivas

Ataques a Marina ajudaram a levantar a discussão

Ex-secretário municipal do Meio Ambiente do Rio, Queiroz prevê que, na Câmara, haverá maior mobilização de ambientalistas, que pouco atuaram no processo de votação no Senado.

Segundo ele, os ataques desferidos por senadores à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, dias depois da aprovação do

projeto, repercutiram mal na sociedade, e contribuíram para uma maior articulação de setores que são contra o que chega a ser chamado de PL da Devastação.

A realização, em novembro, em Belém (PA) da COP 30, conferência da ONU sobre mudanças climáticas também joga a favor dos ambientalistas.

Mudo e atento

Relator do projeto que trata da isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil, o deputado Arthur Lira (PP-AL) tem entrado mudo e saído calado das reuniões da comissão especial que discute o tema. “Mas tem ouvido muito”, ressalta um integrante do grupo.

Pacote inclusivo

Em tese, Lira apresentará seu relatório em duas ou três semanas, mas, oficialmente, não há nada definido. A negociação para criar mecanismos que substituam o aumento do IOF terá que ser levadas em conta. Trata-se, afinal, de elaborar uma conta de chegada.

Mão dupla

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcanti (RJ) discorda da interpretação da pesquisa Quaest que aponta para a possibilidade de uma terceira via na eleição presidencial de 2026. Isso, pelo fato de 33% dos eleitores não se declararem de esquerda ou de direita.

Fantasma

Para ele, os eleitores que não se dizem de direita ou de esquerda vão optar por um lado, como têm ocorrido nas últimas eleições. “Estão querendo inventar um candidato que não existe”, ironiza. Vencerá o que conseguir agregar mais apoios fora de sua própria bolha.

Condenação unânime complica mais vida de Carla Zambelli

Por Karoline Cavalcante

Na avaliação de advogados que acompanham o Supremo Tribunal Federal (STF) de perto, a fuga da deputada licenciada Carla Zambelli só serviu para acirrar os sentimentos dos ministros contra ele. Em decisão unânime, os integrantes da Primeira Turma do Supremo rejeitaram, na última sexta-feira (6), um recurso da deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP) contra sua condenação a dez anos de prisão pela invasão dos sistemas eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Com o julgamento virtual concluído em menos de uma hora, os ministros confirmaram a sentença definida no dia 14 de maio.

A medida foi tomada com base no entendimento de que o recurso apresentado por Zambelli tinha caráter apenas “protelatório”, ou seja, visava adiar a conclusão do processo, sem apresentar novos argumentos que justificassem uma reanálise. O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, destacou que a defesa da deputada se limitou a repetir questões já discutidas e rejeitadas anteriormente, não trazendo elementos que pudessem alterar o veredito.

“Os embargantes buscam, na verdade, rediscutir pontos já decididos pela Suprema Corte no julgamento desta ação penal, invocando fundamentos que, a pretexto de buscar sa-



Lula Marques/Agência Brasil

Zambelli é considerada foragida e procurada pela Interpol

nar omissões, obscuridades ou contradições, revelam mero conformismo com a conclusão adotada”, afirmou Moraes em seu parecer. O voto foi acompanhado por todos os demais ministros: Cármen Lúcia, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Luiz Fux.

Cassação

Além da prisão, a decisão prevê a perda do mandato da parlamentar e a declaração de sua inelegibilidade por um período de oito anos além do pagamento de R\$ 2 milhões por danos morais coletivos, valor que deverá ser dividido com o

hacker Walter Delgatti — também condenado no processo, por ser o executor da invasão ao sistema do CNJ.

Delgatti, que foi condenado a oito anos e três meses de prisão tentou reduzir sua pena com base no tempo em que já está preso preventivamente. No entanto, Moraes rejeitou o pedido afirmando que a detração — que considera o período de prisão anterior à condenação — só pode ser analisada na fase de execução penal, que ocorrerá após o trânsito em julgado do caso.

Contudo, para que a vacância do mandato seja oficializa-

da, ainda será necessário um ato formal da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. A partir disso, o suplente, deputado Coronel Tadeu (PL-SP) assumirá efetivamente o lugar de Zambelli.

Foragida

Vinte dias após a primeira decisão do STF, que aconteceu no dia 14 de maio, a deputada confirmou ter deixado o Brasil, alegando que estava em viagem ao exterior com destino à Itália, onde planejava residir, aproveitando sua cidadania italiana. Diante dessa movimentação, a Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitou a prisão preventiva da parlamentar, considerando-a foragida.

O pedido foi rapidamente acolhido por Moraes, que determinou uma série de medidas restritivas. Entre elas, o bloqueio de seus passaportes e a apreensão de bens, incluindo salários e verbas de gabinete, além da suspensão de seus perfis em redes sociais. Moraes também ordenou que a Polícia Federal tomasse as providências necessárias para incluir o nome de Zambelli na Difusão Vermelha da Interpol, o que foi atendido, tornando-a uma procurada internacional.

Com sua saída do país, o advogado que a defendia até então, Daniel Bialski, deixou o caso, e a responsabilidade pela defesa foi transferida à Defensoria Pública da União (DPU).